



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO**



Sala de Sessões, 01 de Abril de 2025.

**Projeto de Lei 13/2025**

O Vereador Igo Menezes, integrante da Bancada do PT, com assento nesta Casa Legislativa, vem por meio deste propor a seguinte minuta de Projeto de Lei:

**JUSTIFICATIVA:**

A presente indicação legislativa visa instituir medidas de proteção social para crianças filhas de mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito do Município de Belford Roxo. A iniciativa se justifica pela necessidade de oferecer um amparo mais efetivo a essas crianças, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e emocional em decorrência da violência sofrida por suas mães.

A violência doméstica, além de causar danos físicos e psicológicos à mulher, afeta diretamente o desenvolvimento e o bem-estar de seus filhos. As crianças expostas a esse tipo de violência podem apresentar problemas de comportamento, dificuldades de aprendizado, transtornos emocionais e outros prejuízos a longo prazo.

Nesse sentido, a presente proposta busca garantir que essas crianças tenham acesso prioritário à educação e cuidados em creches e escolas municipais, como forma de mitigar os impactos negativos da violência doméstica em suas vidas.

A proposição está fundamentada na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que

P



## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO**

prevê a prioridade de matrícula dos filhos de mulheres em situação de violência doméstica em estabelecimentos de ensino próximos ao seu domicílio, ou do local de trabalho da genitora, quando a agressão ocorrer no lar.

Ademais, a proposta está alinhada com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com a Constituição Federal, que garantem o direito à educação e à proteção integral da criança e do adolescente. A iniciativa também encontra respaldo em diversas políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência doméstica e a proteção das mulheres e de seus filhos.

Acreditamos que a aprovação dessa Lei será um importante passo para a garantia dos direitos das crianças filhas de mulheres vítimas de violência doméstica no Município de Belford Roxo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação desta importante proposição legislativa.

**Igo Menezes**

**Vereador**





## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO

**“ESTABELECE ADEQUAÇÕES EM CRECHES E ESCOLAS PARA ATENDER CRIANÇAS FILHAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.”**

**Art. 1º** As escolas e creches municipais de Belford Roxo funcionarão de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, ininterruptamente, para atender às necessidades das crianças cujas mães sejam vítimas de violência doméstica.

**Art. 2º** Será garantida matrícula prioritária, fora da lista de espera, para filhos de mulheres vítimas de violência doméstica, mediante comprovação da situação por:

- I - Medida protetiva expedida por autoridade judicial competente;
- II - Declaração de Assistência Social ou de profissional da rede de atendimento à mulher em situação de violência, que ateste o acompanhamento da mulher e a situação de risco da criança.

**Art. 3º** As escolas e creches municipais deverão assegurar atendimento de qualidade, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais legislações pertinentes, incluindo:

- I - Profissionais qualificados e em número suficiente para atender à demanda, com formação continuada em primeira infância, direitos humanos e questões de gênero;
- II - Espaços físicos adequados e seguros, que promovam o desenvolvimento integral das crianças, com áreas de recreação, alimentação, higiene e descanso;
- III - Projeto pedagógico que contemple as necessidades específicas de cada criança, com atividades lúdicas, educativas e culturais, que estimulem o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e motor;





## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### CÂMARA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO

IV - Atendimento individualizado e acolhedor, que respeite a singularidade de cada criança e suas necessidades específicas, com acompanhamento multiprofissional, incluindo psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, quando necessário;

V - Articulação com a rede de proteção à criança e ao adolescente, incluindo o Conselho Tutelar, órgãos de Assistência Social e de saúde, para garantir o atendimento integral às crianças em situação de vulnerabilidade.

**Parágrafo único:** As escolas e creches municipais poderão oferecer, além do atendimento educacional, serviços de apoio às famílias, como orientação psicológica, social e pedagógica, oficinas de parentalidade positiva e outras atividades que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários.

**Art. 4º** Condições para a perda do benefício:

I - A criança deverá estar regularmente matriculada e frequentando as aulas em creche ou escola municipal, com frequência mínima de 85%;

II - A mãe da criança deverá comprovar participação em atividade educativa ou programa de profissionalização, visando à autonomia financeira e ao rompimento do ciclo de violência;

III - A mãe da criança não poderá ter praticado qualquer ato de violência doméstica contra seus filhos ou outros membros da família, sob pena de perder o benefício.

**Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.